
REPRESENTAÇÃO VS. REPRESENTATIVIDADE: ESTUDOS FEMINISTAS NO BRASIL NA PÓS- GRADUAÇÃO¹

REPRESENTATION VS. REPRESENTATIVITY: FEMINIST STUDIES IN
BRAZIL IN THE POSTGRADUATION

DOI: 10.5380/cg.v11i1.82573

Juddy Garcez Moron²

Juliana da Silva Salomão³

Resumo

O campo teórico internacional é marcado pela cisheteropatriarcalidade e, como tal, costumeiramente segrega estudos feministas, de sexualidade e de gênero como um todo. Pensando no problema que a herança ocidental deixa para a disciplina e para os estudos de Relações Internacionais no Brasil, objetivamos analisar os programas de mestrado (PPGRIs) desta área nas universidades federais e estaduais brasileiras, a fim de observar questões como representação e representatividade feminina, bem como suscitar um debate acerca das produções das discentes considerando a interseccionalidade entre gênero e nacionalidade. Para tal, a metodologia adotada foi a qualitativa, e os métodos utilizados na produção foram a revisão narrativa, com foco especial nos conceitos de interseccionalidade, representação e representatividade, bem como a análise de dados coletados essencialmente nas páginas dos programas de pós-graduação e em plataformas públicas. Como principais resultados, encontramos a discrepância entre o número de pesquisadoras internacionalistas nos PPGRIs e as pesquisas de gênero, situação na qual somente 9,83% das discentes pesquisam temas relacionados a gênero. Ainda assim, como grata surpresa, descobrimos que 49,55% do quadro discente dos programas de mestrado das IES públicas é formado por mulheres e que suas pesquisas fazem partes das mais diversas áreas, sendo a de política externa e atores internacionais a que conta com maior participação feminina.

Palavras-Chave: Teorias Feministas Internacionais; Representação; Representatividade; Pós-Graduação; Interseccionalidade.

Abstract

The international theoretical field is marked by cisheteropatriarchy and, as such, customarily segregates feminist, sexuality and gender studies as a whole. Thinking about the problem that the Western heritage leaves for the discipline and for the studies of International Relations in Brazil, we aim to analyze the Master's Programs (PPGRIs) in this area in Brazilian federal and state universities, in order to observe issues such as female representation and representation, as well as raising a debate about the students' productions considering the intersectionality between gender and nationality. To this end, the adopted methodology was qualitative and the methods used in the production were the narrative review, with a special focus on the concepts of intersectionality, representation and representation, as well as the analysis of data collected essentially on the pages of graduate programs and on public platforms. As main results, we found the

¹ Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution \(CC BY 4.0\)](#), sendo permitido o compartilhamento com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

² Doutoranda em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio). Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (PPGRI/UNILA). E-mail: juddygarcez@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0313-295X>.

³ Graduanda em Relações Internacionais e Integração pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: julianassaloma@uol.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5870-6864>.

discrepancy between the number of internationalist researchers in the PPGRIs and gender researches, a situation in which only 9.83% of the students research themes related to gender. Even so, as a pleasant surprise, we found that 49.55% of the student staff of the master's programs at public institutions is made up of women and that their research is part of the most diverse areas, with foreign policy and international actors being the one that has greater female participation.

Keywords: International Feminist Theories; Representation; Representativeness; Postgraduation; Intersectionality.

1. INTRODUÇÃO

As questões feministas e de gênero entrecortam os mais diversos campos do saber, em especial dentro das ciências humanas que, após a virada epistemológica, passaram a contar com um número cada vez maior de teorias e produções pós-positivistas. A grande área da Ciência Política, profundamente marcada por vozes masculinizadas e saberes colonizadores, pariu filhas a sua imagem, e campos como Filosofia Política, Geopolítica e Relações Internacionais já nasceram calcados em um universo patriarcal e belicoso.

É notório que os estudos filosóficos, geopolíticos e internacionais avançaram – e muito – com a intensificação dos debates e o surgimento de novas teorias, frequentemente adaptadas de outros campos e relidas de acordo com o contexto dos recortes e objetos de cada domínio. No caso particular das Relações Internacionais (RI), área do saber estudada pelas autoras do presente artigo, é possível observarmos que, desde o fim dos anos oitenta do século XX, as abordagens feministas e de gênero adentraram nos diálogos acadêmicos e passaram a responder por um estreito contingente de pesquisas.

A esfera das Relações Internacionais, que de acordo com a sua mitologia de formação (SMITH, 2000), teve sua primeira cadeira departamental criada em 1919 e já conta com cerca de 101 anos de existência formal, ainda é pouco difundida e reconhecida no Brasil, o que não apenas torna difícil o desenvolvimento de pesquisas na área, como também a formação de profissionais que atuem em âmbitos já socialmente desfavorecidos em investimentos, como é o caso dos Direitos Humanos, das questões Feministas e de Gênero e dos assuntos de Raça e Classe.

No que diz respeito à pesquisa acadêmica em Relações Internacionais no Brasil, há muitos trabalhos em desenvolvimento, principalmente aqueles relacionados às temáticas entendidas como “primeira ordem”, que são majoritariamente assuntos concernentes à economia, segurança e defesa. Ainda assim, estudiosas⁴ de outros eixos resistem, produzindo e disseminando os mais diferentes saberes sobre os aspectos doméstico e internacional.

Sabendo da importância da interseccionalidade e da necessidade de se considerar holisticamente as múltiplas instâncias da vida acadêmica e particular das pessoas que estudam

⁴ Optamos pelo emprego do artigo feminino como norma escrita neste trabalho considerando a questão epistemológica feminista, que busca subverter as regras centradas no universalismo masculino.

temas “outros”, a exemplo, sobretudo, das práxis feministas e de gênero, esta pesquisa tem como objetivo avaliar a quantidade de discentes de mestrado dos programas de pós-graduação em Relações Internacionais das faculdades federais e estaduais brasileiras em termos de gênero, a fim de observar questões como representação e representatividade feminina, bem como suscitar um debate acerca das produções das discentes, considerando a interseccionalidade entre gênero, raça e classe.

A metodologia adotada é a qualitativa, e os métodos utilizados na produção são revisão narrativa com foco nos conceitos de interseccionalidade e lugar de fala, e a análise de dados, coletados essencialmente nas informações públicas disponíveis nas páginas dos programas de pós-graduação em Relações Internacionais das universidades federais e estaduais brasileiras.

A pertinência de tal temática já foi salientada ao longo desta breve introdução, mas será melhor explicitada ao longo do texto, que está dividido em três partes: no primeiro capítulo, “Abordagens feministas e as Relações Internacionais”, as vertentes feministas da área serão rapidamente exploradas; na segunda parte, “Interseccionalidade”, o conceito será analisado e debatido, sendo evidenciada a sua importância; por fim, na terceira, “Produção de mulheres em Relações Internacionais no Brasil”, serão analisados dados como a quantidade de discentes mulheres nos programas de mestrado da pós-graduação em Relações Internacionais nas faculdades federais e estaduais brasileiras, bem como as linhas de pesquisas adotadas por elas.

2. ABORDAGENS FEMINISTAS E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Pensar Relações Internacionais é pensar gênero. Talvez esta afirmação não faça sentido à primeira vista, no entanto, dentro das sutilezas do campo das ideias para interpretar a realidade, sua veracidade se confirma (ISQUIEDO, 2018). O giro que a emergência da lente feminista, protagonizou na área balançou as estruturas de sustentação e desmascarou um universo incompreendido, de forma a promover um verdadeiro revisionismo, o qual abarcou, além das disparidades impulsionadas pelo recorte de gênero, os reflexos desiguais na construção das relações sociais e, por conseguinte, nas relações internacionais, conforme aponta Monte (2010, *apud* PETERSON; RUNYAN, 1999). Nesse sentido, a apropriação das abordagens feministas legitimou considerar novas rédeas para o campo científico e seus domínios teóricos, categoricamente arbitrários e, principalmente, genderizados.

A sentença afirmativa que abre o parágrafo salienta o gênero como uma verdadeira categoria de análise, trazendo, atrelado ao conceito, o detalhamento do que vem a ser e como esta variável é lida e interpretada neste trabalho. O termo gênero (SCOTT, 1986) aparece pela primeira vez dentro dos movimentos feministas americanos, os quais ressaltaram a reprodução de certos fundamentos sociais, quase “leis”, puramente baseadas no sexo de cada pessoa – como por exemplo, a criação das

mulheres, que desde a infância, são orientadas a aprender os trabalhos domésticos e a maternidade, amparadas na justificativa de serem codificadas como pertencentes ao sexo feminino, e não mediante a aptidão ou livre espontaneidade – assim, a crítica destacada pelos grupos ativistas fez a releitura do gênero como um conceito, sob a perspectiva de Brasil (2008), que pode ser desvinculado do determinismo biológico e das normatividades alinhadas, uma vez que é fruto de valores datados e de outros tempos.

Assim sendo, questionamos como pensar as Relações Internacionais, as relações entre Estados e sociedades, as relações que transcendem as fronteiras nacionais, as relações que englobam todos os habitantes do globo, sem considerar óptica de uma das vozes que as compõem? A prerrogativa sistêmica das diferenças entre os gêneros precisa ser amplamente apurada e teorizada na disciplina de Relações Internacionais (SOUZA, 2013).

Antes de adentrarmos na interseccionalidade, contudo, faremos uma breve explicação sobre as diferentes abordagens feministas em Relações Internacionais, almejando, assim, situar o debate acerca de gênero no campo. De acordo com Dulić (2011), se compararmos esse campo com outras áreas do conhecimento, veremos que as abordagens feministas apareceram muito tardiamente, somente ao final da década de 1980 e começo dos anos 1990. Ou melhor, como argumentam, Tickner e True (2018): foi a disciplina de RI que chegou tarde para o feminismo.

De um modo ou de outro, o feminismo e as Relações Internacionais encontram-se em meio ao que podemos considerar como sendo o Último Grande Debate da área, ou o que Lapid (1989) entende como o Terceiro Debate, Smith (2000), o Quarto ou Quinto Debate e que Lake (2013) compreende como sendo uma série de pequenas batalhas. O fato é que se encontraram neste ambiente de discussões disciplinares profundas, diálogos e embates estes que aconteceram, de modo geral, entre “positivistas” e “pós-positivistas” ou, em outros termos, entre “racionalistas” e “reflexivistas”, no qual do primeiro lado encontravam-se aqueles fiéis às teorias do *mainstream*, ou como bem coloca Tickner (1997 *apud* GALHERA; MASO, 2017), do *malestream*⁵, que compreendiam as ciências sociais como método e os indivíduos e demais atores políticos como intencionalistas e calculistas em suas ações (LAKE, 2013); e do segundo lado, aqueles e, principalmente, aquelas que pautavam-se no paradigmatismo, possuíam tendência ao pluralismo metodológico e estavam preocupados e preocupadas com premissas e suposições subjacentes. (LAPID, 1989)

Foi neste caldeirão epistemológico, ontológico e metodológico que o feminismo adentrou as RI, ou foi puxado para ela. Este encontrou ecoou as origens das movimentações feministas de forma mais ampla que, conforme Burigo (2019), propagaram-se a partir de um ideal de mulher anglo-saxã e de classe média, as RI tiveram como “mães fundadoras” mulheres como Jean Bethke Elshtain

⁵ Malestream “pressupõe que, a exemplo de outras áreas de saber-poder, os espaços acadêmicos e educacionais também são refletidos à imagem e semelhança de homens e, por esse motivo, tornam-se igualmente espaços hegemônicos de paradigmas, visões de mundo, constructos ideológicos, epistemológicos, ontológicos e hermenêuticos ligados ao gênero masculino.” (TICKNER, 1997 *apud* GALHERA; MASO, 2017, p.6).

(1987), Cynthia Enloe (1989) e J. Ann Tickner (1992). Muito embora o trabalho de todas as três autoras seja notável e esteja vinculado com uma perspectiva de emancipação plena de todas as mulheres no plano universal, especialmente a proposta de Enloe, se observarmos suas origens e características, veremos que as três são mulheres cisgênero, brancas e do Norte Global. Neste sentido, Lerma (2010, p.8) reforça que, “Grande parte do feminismo nascido na Europa e América do Norte definiu o que era ser mulher e feminista, e as características gênero e patriarcado estabeleceram o que era a subordinação da mulher e também as possibilidades de sua emancipação.”⁶

Neste primeiro momento, portanto, as poucas intersecções entre feminismo e RI estavam muito bem localizadas em um espaço: o “Norte Global”. Tais fatos não estão sendo aqui expostos como uma crítica ao trabalho dessas autoras, o que não significa que eles não tenham implicações reais. Um grande exemplo dessas implicações é a questão da representatividade: por que o feminismo, no caso, o internacional, deve ser definido somente por um nicho de mulheres? Como elas seriam capazes de representar todas as mulheres, seus pensamentos e angústias, suas opressões e resistências, se possuem somente três das múltiplas compreensões existentes na práxis da área?

Assim como nós, muitas outras autoras decidiram se engajar nestes e em tantos outros questionamentos. Foi a partir de então que muitas outras abordagens feministas nasceram: a pós-moderna ou pós-estruturalista, em que há a rejeição da categorização homogênea de mulheres e da própria noção de “gênero” (SYLVESTER, 2000; MONTE, 2013); a pós-colonial, que preocupa-se com as diferentes formas de leitura do gênero, tanto no mundo quanto na palavra ou no texto (BAHRI, 2013; CHOWDRY; NAIR, 2014); a decolonial, cujo caráter interseccional busca debater questões concernentes às diferentes formas de colonialidade presentes nas Américas (BALLESTRIN, 2017; RUNYAN, 2018); a teoria crítica feminista, em que se acredita que o conhecimento é reflexo dos interesses de determinados grupos sociais (D’COSTA; LEE-KOO, 2019), para citar algumas.

Contudo, apesar desta pluralidade teórica e epistemológica, os feminismos internacionais mais difundidos e mais financiados são aqueles conectados ao “Norte Global”. Como Arlene Tickner (2013) nos informa, a construção social do que é compreendido como Primeiro, Segundo e Terceiro Mundos, isto é, a dicotomia Norte/Sul, calcada na modernidade e desenvolvida durante o Pós-Guerra, criou uma divisão na qual o “Primeiro Mundo” é visto como produtor de teorias científicas, enquanto os países “terceiro-mundistas” constituem fonte de dados ou, “no melhor dos casos, experiência local, enquanto a etapa decisiva na construção da teoria ocorre na região Norte, onde o conhecimento é produzido e circula para ser consumido em todo o mundo.” (TICKNER, 2013, p.631).

Neste sentido, o desenvolvimento do pensamento feminista, muito embora não tenha ocorrido de forma linear, foi construído de maneira hierarquizada, aceitando e legitimando somente produções do Norte Global e ignorando criações outras. Neste ponto, é importante notar que não

⁶ Esta e outras traduções são das autoras.

somente as propostas, escritos e pensamentos marginais foram excluídos, como também as mulheres por trás desses projetos.

Elas, que possuem visões acerca da importância do debate sobre o colonialismo (BALLESTRIN, 2013), o islamismo (AHMAD, 2015) e a maternidade (COCQ, 2021), para citar alguns temas, desafiam o posicionamento raso e superficial, normalmente adotado pelo feminismo liberal, de que “todas as mulheres são as iguais” e de que é suficiente, para nós internacionalistas, termos maior representação nos eventos ou até mesmo nas publicações internacionais. Como colocado por Linda Åhäll (2018, p.2), “As acadêmicas feministas são cada vez mais convidadas a espaços acadêmicos, enquanto conhecimento feminista é, ainda, muitas vezes ignorado.”

Ou seja, se a questão feminista por si só continua a ser uma problemática na área apesar dos esforços em prol de uma maior inclusão das lentes de gênero, o problema da marginalização de autoras dentro das próprias abordagens feministas configura um fato ainda mais alarmante. É preciso questionarmos a condição normativa das produções de Relações Internacionais. Porém, é necessário, também, investigarmos a quem é permitido fazer esses questionamentos e quais mulheres possuem voz ativa dentro desse espaço acadêmico.

Logo, é importante estarmos atentas ao perigo da representação sem a representatividade. Esta questão, que comumente é debatida no âmbito da participação social em partidos políticos e/ou processos decisórios (LAVALLE; ARAÚJO, 2008; SACCHET, 2012; BIROLI; MIGUEL, 2014), também pode ser analisada em termos acadêmicos. Mas, antes de adentrarmos nas implicações da temática para os estudos feministas em RI, é preciso distinguirmos os dois conceitos. A primeira noção advém da palavra “parte” e, quando compreendida em termos sociais, relaciona-se intimamente com o fazer ou tornar parte de algo ou ainda ter parte em algo. (BORDENAVE, 1994).

Quando transposta para este estudo, a ideia de representação está relacionada a dois tópicos: (1) por um lado, a presença de estudos feministas e de gênero em RI que, embora já tenha se adensado, ainda tem como principal centro de produção e propagação o “Norte Global”; e (2), em contrapartida, a amostra de discentes mulheres nos cursos de Pós-Graduação em Relações Internacionais nas organizações públicas, que demonstra boa participação feminina nestes cursos (cerca de 49,55%), mas com baixa adesão aos estudos feministas (9,83%).

Assim, não basta que olhemos para a representação. É preciso compreender a importância da representatividade que, como nos informam Fontes et al. (2020), é um conceito muito mais amplo e serve muito mais a uma análise interseccional e comprometida com a crítica. Para Galligan (2007), um bom ponto de partida para o entendimento da representatividade é a observância de três pontos distintos e correlacionados: “é sobre quem representa, o que é representado e como isto é representado.” (GALLIGAN, 2007, p.557). Portanto, não basta somente dizer que cerca de metade do corpo discente de mestrado nos PPGRIs das universidades públicas é composta por mulheres, uma vez que a categoria mulher possui especificidades que se conectam com outros marcadores, a exemplo dos de raça, classe e sexualidade, para citar alguns. E, embora neste estudo não olhemos

para estes marcos sociais, observamos os tópicos e interesses de pesquisa destas mulheres, que não necessariamente se conectam com temáticas feministas e/ou relativas a gênero.

Em suma, a representação nem sempre acompanha a representatividade – e vice-versa, principalmente quando compreendemos que, apesar do desenvolvimento de uma série de produções científicas feministas em RI fora do contexto anglo-saxão, pouca visibilidade é dada a estes estudos; e quando olhamos para a produção de mestrands em RI nas instituições públicas no Brasil e vemos que somente cerca de 9,83% destas mulheres possui pesquisas relacionadas ao feminismo, o que será melhor explorado na terceira seção desta pesquisa. Para chegarmos lá, contudo, é preciso que façamos uma breve explicação sobre o conceito de interseccionalidade, já mencionado aqui algumas vezes.

3. INTERSECCIONALIDADE

In.ter.sec.cio.na.li.da.de: substantivo de dois gêneros, variação de intersecção + al, 14 letras (DICIO ONLINE, 2020). A definição de uma palavra, normalmente, tem muito a dizer acerca do seu significado, mas no caso de “interseccionalidade”, é a luta histórica das mulheres, enquanto grupo plural, que consegue refletir, de fato, a carga significativa do termo. De acordo com Carla Akotirene (2019, p.11), militante feminista e autora, a designação conceitual emergiu abraçando o posicionamento do feminismo negro frente às opressões da sociedade, cujas experiências e reivindicações intelectuais eram despercebidas, ao passo que nem movimento feminista branco nem o movimento antirracista intercedia por elas, e desfazendo a ideia de uma corrente feminista global e hegemônica.

Nesse seguimento, apesar de portadora de uma juventude morfológica, acadêmica e prática, as semânticas da interseccionalidade assemelham-se muito ao conceito de multiculturalismo, cunhado por Tomaz Tadeu da Silva (2000, p.73), já que a carga significativa da palavra também “apoia-se em um vago e benevolente apelo à tolerância e ao respeito para com a diversidade e a diferença”. Porém, as perspectivas de diversidade e diferença posicionadas pelo raciocínio de Silva são limitadoras, pois não contemplam a proposta interseccional integralmente.

O conceito de interseccionalidade foi idealizado por Kimberlé Crenshaw, que descreveu e aprimorou uma metodologia interessada em capturar e estudar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação, especificamente, a autora trata da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002 *apud* ASSIS, 2019). Logo, os caminhos interseccionais cruzaram os efeitos das violências acumuladas, sem escaloná-las ou compará-las, apenas reconhecê-las enquanto vivências individuais e, por conseguinte, alcançar uma luta social plural.

Todavia, o movimento feminista, no nicho das relações internacionais, configurou-se em um grupo seletivo e fechado, restrito a um determinado tipo mulher (a saber, as brancas cisgênero do “Norte Global”), preconizando um falso paradigma: a universalização da categoria mulher. Em vista disso, o registro e a propagação de ideais, batalhas e conquistas foram condensadas em uma narrativa única, em que as heroínas aclamadas pertenciam, novamente, aos grupos privilegiados, minimizando as rupturas sociais na ordem e mantendo-a legítima, apesar de excludente. Mas, são todas, e não um grupo seletivo de mulheres, que lutam por liberdade e sentem carência de autonomia, quando, rotineiramente, têm seus corpos, mentes e integridades violadas. Ademais, Crenshaw (1989) também identifica uma invisibilização dos grupos minoritários e socialmente marginalizados, denunciando a vigência de fontes discretas de opressão, inserida no *status quo*, quando outros marcadores sociais de desigualdade, além do gênero, não são examinados em conjunto.

Mesmo assim, em resistência aos apagamentos da história, intelectuais negras, como Angela Davis, Patricia Hill Collins, bell hooks e Audre Loudre, nas décadas de 1970 e 1990, já versavam discussões extremamente críticas acerca dos parâmetros teóricos e fenômenos reais estabelecidos pelo feminismo hegemônico. Cada uma desenvolveu diferentes eixos, os quais foram responsáveis por enriquecer e aprofundar diretrizes que, posteriormente, foram consolidadas e vieram a compor a filosofia da interseccionalidade (ASSIS, 2019). Os horizontes da epistemologia feminista eram esgotados nos discursos de gênero, os quais não contemplavam a existência dos corpos femininos “outros”, como por exemplo, as mulheres não brancas, de origem não ocidental, e que não comungam da cisheterossexualidade.

Assim, as experiências das mulheres são infinitamente diversas e, segundo Djamilia Ribeiro (2019), elas são condicionadas por suas individualidades, identidades, condições sociais, marcas que carregam e o meio ambiente em que estão inseridas. Nesse sentido, a intelectual também destaca a noção de *locus social*, observando o lugar que ocupamos socialmente e atenta às restrições impostas aos grupos subalternizados. As violências simbólicas vão além do silêncio da reverberação de falas, pois concretizam-se em impedimentos que ocasionalmente condenam os poderes e as liberdades de existência dos seres subalternizados. Isto posto, podemos concluir que o ser mulher em um mundo masculinizado, não ser branco(a) em um mundo embranquecido e desviar da cisheterossexualidade são “existências transgressoras” que exigem um esforço contínuo de pertencimento, pois as retaliações contra sua humanidade são constantes.

Na amostragem espacial a qual se dedica o presente artigo – o ambiente acadêmico – nós, pesquisadoras e autoras, colocamos em xeque a legitimidade social predominante e desigual que promove a manutenção dos domínios normativos e exercemos uma intensa crítica sobre ela a partir dos desígnios da interseccionalidade. E partindo desses pressupostos, reconhecemos que a operacionalização do mundo acadêmico, como as demais esferas da sociedade, é escoltada pelo contexto do privilégio e guiada segundo uma matriz de opressões. Os marcos teóricos, práticos e reais que envolvem esse universo seguem essa mesma linha, como também seus integrantes estão

imbricados por injustiças sociais ora veladas, ora escancaradas. O desenho da representatividade dos excluídos, nesse caso em especial, das mulheres, é fortemente influenciado por obstáculos epistêmicos, sociais, pessoais e, principalmente, nacionais.

O artigo “a”, definidor de gênero, nunca foi correlato a inteligência, o dono do cromossomo XY sempre foi o escolhido: o ser racional. Foram somente mulheres irreverentes como bell hooks (1995) que procuram questionar esse paradigma e buscar novas respostas. “Ser demasiado inteligente era sinônimo de intelectualidade e isso era motivo de preocupação sobretudo se se tratasse de uma mulher” (1995, p.465). Este fragmento é uma apenas uma simplista demonstração tal qual era o desprezo do senso comum às mulheres que possuíam atribuições que eram preconizadas como masculinas; as mulheres eram reduzidas a corpos, eram objetificadas.

Foram percepções como essas que alimentaram uma herança machista que, embora já infinitamente desconceituada, é fonte que nutre violências estruturais de gênero, todas as horas e todos os dias. Segundo a mesma autora, o trabalho mental sempre foi secundário nas vidas das mulheres, quando não inexistente. Fomos ensinadas, enquanto mulheres, desde a infância, que os afazeres domésticos, a maternidade e o cuidado são as nossas prioridades. Em virtude disso, o malabarismo de múltiplas exigências recai sobre as mulheres, é a nossa única alternativa; o homem nos cobra, a sociedade nos cobra e, por consequência, nós nos cobramos.

Contudo, existe um grande equívoco quando contemplamos a recorrente expressão “dar conta de tudo” quando pensamos essa realidade, pois todo o esforço feminino é romantizado, e não só o feminino, como de todas as categorias marginalizadas, quando em verdade podemos considerá-lo como o fardo do subalterno, lutando diariamente para conseguir se reafirmar em todos os espaços. Ser mulher na universidade é uma luta, ser mãe na universidade é uma luta, ser negro(a) na universidade é uma luta, ser pobre na universidade é uma luta, ser homo/bi/trans/sexual na universidade é uma luta, ser deficiente na universidade é uma luta, até mesmo ser humano na universidade é uma luta.

Por fim, esta seção, direcionada a tratar da interseccionalidade como uma variável analítica abrangente e inclusiva, se propõe a esclarecer e dinamizar as circunstâncias reais da importância da leitura interseccional, que nesta pesquisa se aplica sob o espectro dos programas de pós-graduação brasileiros, nesses casos, somente os públicos. Mais adiante, procuraremos demonstrar os resultados do encontro interseccional entre os eixos marcadores de gênero e país. Eles aparecem sinalizando a presença das mulheres enquanto pesquisadoras acadêmicas no Brasil e buscando compreender as temáticas articuladas por elas, principalmente em relação ao índice de pesquisas que são dedicadas a realçar a questão de gênero, na maioria das vezes negligenciada e desprestigiada na qualidade de saber científico-acadêmico do “Sul Global”. Ainda assim, nas paisagens do conhecimento “não existe escrita legítima, existe escrita legitimidade” como relembra a pesquisadora e feminista Débora Diniz (2020,) ao expor suas inquietações sobre ser uma mulher que pesquisa gênero; uma sobrevivente.

4. MULHERES E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL

Conforme apontado na primeira seção desta pesquisa, a disciplina de Relações Internacionais surgiu formalmente há cerca de cem anos. No Brasil, contudo, a educação formal na área teve início em 1974, com a criação do primeiro curso de graduação na Universidade de Brasília (UnB). Com relação à pós-graduação, o primeiro programa de mestrado foi criado dez anos depois, na mesma universidade. (VIGEVANI; THOMÁZ; LEITE, 2014) Ainda assim, embora a área já tenha, de certo modo, se estabelecido e esteja crescendo no país, poucas são as pesquisas que analisam a presença feminina na academia de RI no Brasil. É preciso que destaquemos, entretanto, os trabalhos de Duarte Villa et al. (2017) e Coelho et al. (2019).

Em uma investigação sobre as comunidades de RI na América Latina a partir do TRIP 2014⁷, Duarte Villa et al. (2017) concluíram que, no que diz respeito a gênero, a comunidade latino-americana de RI é marcadamente masculina, havendo quase dois terços de homens na área, o que reflete também o padrão de gênero global. A persistência deste desequilíbrio entre homens e mulheres e da desigualdade de gênero em RI é corroborada por Coelho et al. (2019) que, ao voltarem seus olhos para os dois periódicos de maior impacto desta área no Brasil, notaram que “(...) os homens publicam em média entre 2,5 e 3 vezes mais que as mulheres. (...) Os homens possuem uma chance 2,6 vezes maior de serem os primeiros autores e 2,31 vezes de primeira coautoria. (...) uma média entre 2 e 3 vezes mais artigos publicados por área para os homens.” (COELHO ET AL., 2019, p.14).

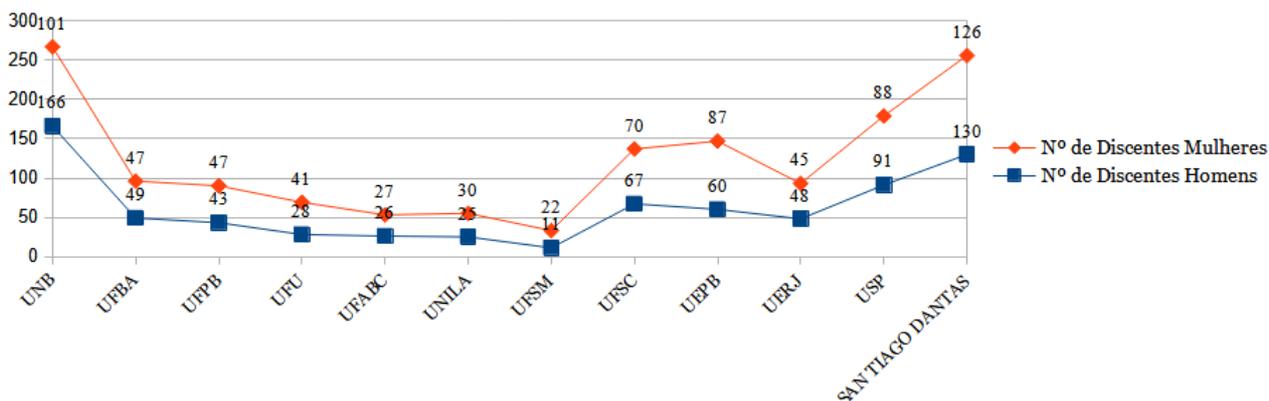
Expostos estes dados, muitas perguntas podem ser formuladas. Qual é o lugar da mulher na produção acadêmica em RI no Brasil? Por que não somos levadas a sério? Quais são os nossos interesses de pesquisa e quais espaços temos para discuti-los? Estas são três das inúmeras questões passíveis de serem feitas. Contudo, devido ao escopo deste trabalho, focaremos somente na primeira parte da última questão: quais são os nossos interesses de pesquisa enquanto mulheres brasileiras da área de RI e, a partir da observação das temáticas de pesquisa de mestrandas, buscaremos encontrar uma resposta para esta dúvida.

Atualmente há numerosos cursos de graduação na área no país, tanto em instituições públicas quanto privadas. Entretanto, no que diz respeito aos programas de pós-graduação, eles são escassos. Neste trabalho, optamos por fazer a análise somente das discentes dos programas de mestrado em RI das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, tendo em vista principalmente o fato de que esta é uma pesquisa preliminar, e o montante de dados analisados seria demasiado grande caso abrangêssemos também as instituições privadas. Em contrapartida, optamos por analisar os programas de mestrado em RI, tendo em vista que os de doutorado não estão disponíveis em todas estas IES. Assim, no que diz respeito às IES públicas, há 12 programas que contam com,

⁷Projeto Teaching, Research & Internacional Policy (TRIP).

pele menos, o curso de mestrado. Aliando isto à nossa temática e, após analisar os dados⁸ referente aos discentes, verificamos que a composição feminina no quadro de mestrandas, desde a criação dos programas até o presente ano de 2021, é de 49,55%, e sua distribuição pode ser melhor observada no gráfico abaixo (Gráfico 1):

GRÁFICO 1 – DISCENTES DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS NAS IES PÚBLICAS BRASILEIRAS (DESDE A CRIAÇÃO DOS PPGRIs ATÉ 2021): DIVISÃO POR GÊNERO⁹



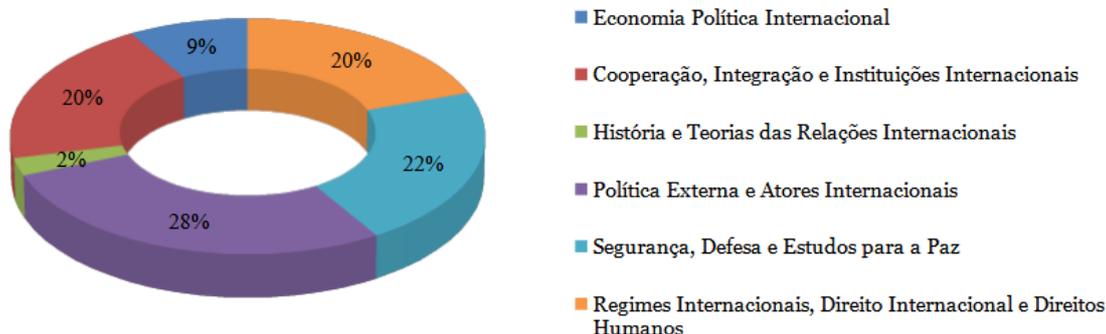
Fonte: As autoras (2021).

Como pode ser visto, a distribuição entre homens e mulheres nestes programas é quase equânime, com a exceção do centro de estudos da área mais tradicional do país, sendo 731 discentes mulheres e 744 homens, o que equivale a um percentual de cerca de 49,55% no primeiro grupo e 50,44% no segundo. Esta aparente igualdade, entretanto, não nos diz muito. Questões tocantes à representação e a representatividade, que serão melhor vistas mais adiante, começam a aparecer. Perguntas como “O que essas mulheres estudam?”“, “Qual é a relevância de suas pesquisadas dentro de um contexto feminista e de emancipação das mulheres?”, “O que significa ter cerca de metade do corpo discente composto por mulheres em programas de mestrado de Relações Internacionais?” são formuladas quase que de imediato.

Para responder a estes e a outros questionamentos, é necessário que consideremos, portanto, a produção formal discente. Para esta análise, foram observadas as linhas de pesquisa de cada programa, bem como as dissertações já produzidas e o currículo Lattes das discentes cujo período de estudo ainda não foi concluído. Optamos por analisar as temáticas das dissertações, e não dos artigos produzidos, pois além de haver poucas pesquisas sobre este tipo de produção, também é pertinente compreender a quantidade de mestrandas que se dedica de forma mais intensa aos estudos de gênero. O gráfico resultante deste exame (Gráfico 2) pode ser visto a seguir.

⁸Todos os dados referentes aos programas de pós-graduação em Relações Internacionais foram retirados das páginas online dos programas, da plataforma Sucupira (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2021) e da Plataforma Lattes (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, 2021). Todas as informações são de acesso público e aberto.

⁹Todos os dados presentes no Gráfico 1 foram coletados nas páginas dos PPGRIs e na Plataforma Sucupira. Todos os dados são referentes ao número de discentes presentes nestes programas desde a criação destes, com exceção do caso da UNB, no qual os dados online constam somente a partir do ano de 2006.

GRÁFICO 2 – DIVISÃO POR ÁREA TEMÁTICA DAS DISSERTAÇÕES DAS MULHERES DISCENTES NOS PPGRIs NAS IES PÚBLICAS BRASILEIRAS (DESDE A CRIAÇÃO DOS PPGRIs ATÉ 2021)¹⁰

Fonte: As autoras (2021).

As escolhas das estudantes sobre as agendas de pesquisas nos dizem muito e podem nos servir para introduzir o grande dilema entre representação *versus* representatividade ao avaliarmos suas respectivas incidências. Como é possível ver, as principais áreas de interesse são, de fato, aquelas que mais se destacam nos estudos internacionais: a de Política Externa e Atores Internacionais e a de Segurança, Defesa e Estudo para a Paz. Ao aferir os dados aqui postos, verificamos, como salientado no último parágrafo, que a representação das mulheres nesses programas é significativa, contudo, a abrangência do substantivo e seus efeitos são perenes. Representar, nesse contexto, significa “estar lá” e “fazer parte”, ou melhor: a ocupação feminina de espaços públicos e masculinizados. No entanto, a presença, de modo solitário, não muda as regras do jogo, as mulheres seguem sendo eternas coadjuvantes.

Como argumenta Cynthia Enloe (2013, p.15), “Simplesmente ser mulher não é garantia de que você vai levar as mulheres a sério. Na verdade, como mulher, pode-se até imaginar que se deve evitar mostrar interesse analítico em mulheres para não ser pintada por outros como um pincel ‘feminino condenável’.” E, como já demonstramos, ser mulher e se fazer presente em espaços antes negados a nós não necessariamente mudará as regras do jogo. Pesquisar as problemáticas de gênero e feministas e observar o mundo a partir destas lentes é um dos mais importantes meios de mudança do *status quo*.

Neste sentido, e após a observação dos trabalhos dispostos em cada uma das supramencionadas linhas de pesquisa, descobrimos que, das 620 discentes analisadas nesta pesquisa, somente 61 pesquisam ou pesquisaram ativamente sobre gênero. A tabela a seguir (tabela 1) dispõe sobre a divisão temporal e por área temática destas pesquisas.

¹⁰ De todas as 731 discentes observadas nos programas de pós-graduação, somente 620 concluíram suas pesquisas e/ou explicitaram a temática de suas produções.

TABELA 1 – DISSERTAÇÕES COM TEMÁTICA DE GÊNERO FEITAS POR MULHERES DISCENTES DOS PPGRIs NAS IES PÚBLICAS BRASILEIRAS: DIVISÃO POR ÁREA TEMÁTICA

Ano	Área 1 ¹	Área 2 ²	Área 3 ³	Área 4 ⁴	Área 5 ⁵	Área 6 ⁶	Total
2008	0	0	0	0	1	0	1
2009	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0
2011	0	0	0	0	0	0	0
2012	0	1	0	1	0	1	4
2013	0	0	0	0	0	1	1
2014	1	0	0	0	2	0	3
2015	0	0	1	5	1	0	7
2016	0	0	0	1	1	1	3
2017	0	2	1	1	0	3	7
2018	1	1	0	1	0	1	4
2019	0	2	0	4	3	2	11
2020	1	0	0	2	1	4	8
2021	1	2	0	5	3	2	13
Total	4	8	2	20	12	15	61

Fonte: As autoras (2021).

Notas: ¹ Economia Política Internacional

² Cooperação, Integração e Instituições Internacionais

³ História e Teorias das Relações Internacionais

⁴ Política Externa e Atores Internacionais

⁵ Segurança, Defesa e Estudos para a Paz

⁶ Regimes Internacionais, Direito Internacional e Direitos Humanos

Aqui é possível observar a já mencionada relação entre representação e representatividade. Ainda que a divisão das cadeiras discentes dos cursos de mestrado seja bem próxima a igualitária, e embora as linhas de pesquisa adotadas sejam diversificadas, a produção acadêmica focada em questões de gênero é muitíssimo baixa, representando somente 9,83% da soma total dos estudos. As implicações disto para os estudos internacionais e para as atividades dos profissionais de Relações Internacionais como um todo é um baixo engajamento com as temáticas relacionadas a gênero, o que reverbera não somente a produção teórico-acadêmica brasileira desta e de outras áreas correlacionadas, mas também a criação de políticas públicas, a exemplo de uma agenda de política externa, mais feminista.

É válido observar que, diferentemente da divisão geral de temática explicitada no Gráfico 2, quando selecionamos somente as pesquisas de mestrandas que estudam gênero, a maior área na qual elas se inserem é a de Regimes Internacionais, Direito Internacional e Direitos Humanos, sendo a linha de Política Externa e Atores Internacionais a segunda, e a de Segurança, Defesa e Estudos para a Paz, a terceira. A intersecção entre gênero e estas temáticas mais voltadas aos Direitos Humanos e Direitos das Mulheres é reflexo dos próprios interesses de pesquisa da agenda feminista e, embora estudos que dialoguem com outras temáticas, a exemplo da linha de Segurança (como nos mostra o brilhante trabalho de Carol Cohn em 1987), já existam há muitos anos, no espaço brasileiro, eles ainda são pouco disseminados.

Diferentes são as possíveis razões para tais interesses, mas uma delas certamente é o próprio engessamento da grade curricular das instituições, o que pode ser comprovado quando observamos o tempo de existência de um determinado programa e os interesses de pesquisa dos próprios

docentes. Neste quesito, é pertinente trazermos para cá outros dados descobertos por nós. Nesta janela temporal de 14 anos, a UnB, cujo programa existe há mais tempo, mas que só disponibilizou os dados online a partir de 2006, conta com oito projetos de pesquisa em gênero; a UFBA, que teve suas atividades iniciadas em 2014, possui 13 projetos do tipo; e o programa San Tiago Dantas, que engloba as universidades UNESP, UNICAMP E PUC-SP, ativo desde 2003, não possui nenhum estudo sobre gênero. A relação entre tempo de existência dos programas e os estudos sobre gêneros feitos pelas discentes mulheres pode ser melhor observada na tabela 2 a seguir.

TABELA 2 – RELAÇÃO ENTRE O TEMPO DE EXISTÊNCIA DOS PPGRIs E DISSERTAÇÕES DE MESTRADO SOBRE GÊNERO FEITAS POR MULHERES

<i>Ano de Criação dos PPGRIs</i>	<i>Universidade</i>	<i>Dissertações sobre gênero</i>
1985*	UNB	8
2003	SAN TIAGO DANTAS	0
2009	UERJ	1
2012	UEPB	7
2012	UFSC	7
2013	USP	5
2014	UFBA	13
2015	UFU	3
2016	UFPB	3
2019	UNILA	6
2019	UFABC	4
2019	UFSM	4

Fonte: As autoras (2021).

* Notas: O PPGRi da UnB foi criado em 1985, mas os dados disponíveis online só existem a partir de 2006.

Outros podem ser os motivos para este desinteresse em pesquisas de gênero no país: a falta de fomento a pesquisas deste tipo; o apregoamento dos temas do *malestream* nas grades curriculares; a falta de reconhecimento que acompanha este tipo de produção; a escassez de espaços para debate qualificado sobre estas temáticas, principalmente se considerarmos que as discussões para a criação de uma área Feminismos, Gênero e Sexualidade no âmbito da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) só foram mais intensificadas neste ano de 2021.¹¹ Como nos relembram Coelho et al. (2019), a discrepância entre as publicações feitas por homens e por mulheres também pode ser um fator que impacte diretamente neste baixo número de estudos de gênero, tendo em vista que por vezes somos forçadas a nos adequar às temáticas que estão “em alta” para que façamos parte destes espaços e recebamos algum tipo de fomento.

Em termos práticos, portanto, se considerarmos que uma profissional desta área é capaz de atuar em diferentes frentes, inclusive dentro de uma sala de aula, constataremos que a pouca pesquisa em gênero desta disciplina possui reverberações que vão muito além dos debates teóricos: elas acarretam um menor comprometimento com o feminismo na esfera política e a consequente marginalização do tema no ranqueamento de importância das pautas eleitorais. Outro subproduto

¹¹ Ainda que o caráter institucional formal da criação da AT não exista, de fato, as discussões foram feitas no 8º Encontro da ABRI.

deste baixo encontro entre gênero e as RIs nas pesquisas é a reificação de um modelo cisheteropatriarcal, tanto em termos ontológicos, ou seja, do modo como enxergamos o mundo, quanto epistemológicos, conectado com a produção do conhecimento.

Finalizando, compreender a importância da interseção entre ser uma mulher internacionalista brasileira e pesquisar gênero é, como diria Cynthia Enloe (2013), levar as mulheres a sério. É explicitar o fato de que, apesar de poucas as produções, as pesquisadoras brasileiras se engajam em um olhar de gênero típico do Brasil, que perpassa as diferentes subáreas das Relações Internacionais e que têm potencial de quebrar a dicotomia entre representação e representatividade, idealmente trazendo consigo uma grande representação e uma alta representatividade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a discussão feita no primeiro capítulo deste artigo, a disciplina das Relações Internacionais é altamente masculinizada. Com seu olhar positivista e ocidental, ela tentou, durante muitos anos, silenciar conhecimentos outros. A luta feminista em seu seio, entretanto, deixou margens abertas para que as mais diversas abordagens pudessem adentrar o seu palácio genderizado. O que, contudo, ainda não é suficiente: destas múltiplas visões, somente algumas são vistas e compreendidas como legítimas. As questões interseccionais, que por vezes recortam os estudos mais comprometidos com um projeto emancipador, apesar de pertinentes, ainda são pouco debatidas.

A presença das mulheres nas pesquisas acadêmicas de Relações Internacionais, em todos seus níveis, possui caráter revolucionário, já que transpõe fronteiras sociais, porém, à medida que estabelecemos todos os arranjos desta, conseguimos observar propósitos e repercussões distintas em cada delas – observações que dizem respeito aos âmbitos individual e ao coletivo. Seus significados são determinados pela forma de construção da pesquisa: é preciso apropriar-se do sujeito que somos: mulheres, senão estaremos somente reproduzindo mais do mesmo, já realizado pelos homens. Isto é, não basta nós, enquanto mulheres, pesquisarmos o que “está em alta” dentro da academia ou o que é intitulado legítimo, é preciso que nossa voz seja ouvida e que nossa agenda feminista seja debatida na produção do conhecimento e todos seus pilares.

Integrar as Universidades brasileiras no campo das Relações Internacionais como pesquisadoras ativas, definitivamente, é uma grande vitória, porque ocupar tais cadeiras é um constante desafio. As mulheres, como assinalado mais acima, sempre foram (e às vezes ainda são) instruídas a se afastarem da intelectualidade. Por isso, o empoderamento intelectual feminino, em seu caráter macro, representou uma cisão profunda na estrutura de gênero outorgada pela lógica patriarcal, pois além de contestar o espaço e as funções sociais delegadas às mulheres – esfera

privada e as tarefas domésticas – lhes abriu as portas para o conhecimento emancipatório frente aos valores tradicionais.

Entretanto, como pode ser observado nos dados analisados ao longo do capítulo 3, a representação vale muito pouco quando não há representatividade. Assim como não é possível fazer uma pesquisa séria acerca de gênero sem considerar recortes como raça, classe, origem, sexualidade e outras características que tornam as mulheres seres únicos e marcados pelas mais diferentes formas de opressão, não é praticável a criação de uma abordagem das Relações Internacionais que seja essencialmente feminista sem que haja a participação da comunidade de mulheres acadêmicas brasileiras.

Nesta pesquisa objetivamos trazer o recorte entre gênero e nacionalidade, mas, ao apresentá-la a diferentes colegas, outros questionamentos surgiram: e os homens que pesquisam gênero? E os recortes de classe e raça? E como andam as produções nas IES Privadas? Embora não tenha sido possível considerar estas perguntas nesta pesquisa, que possui caráter preliminar, deixamos aqui estas colocações como forma de inspiração e também de desafio tanto para nós quanto para outras pesquisadoras que se interessam por esta temática.

Assim, para o advento de uma “Relações Internacionais” feminista, antirracista, descolonizada, não heteronormativa e contra todas as formas de opressão será preciso muito mais do que tem sido oferecido até então. Será necessária a operacionalização da interseccionalidade nos recortes de pesquisa, nos estudos de gênero e mesmo naqueles assuntos que por vezes nos parecem distantes de nossas realidades. Será preciso a conquista de um espaço brasileiro, mas, acima de tudo, será preciso nós.

*Artigo recebido em 23 de agosto de 2021,
aprovado em 27 de dezembro de 2021.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ÅHÄLL, Linda. Affect as Methodology: Feminism and the Politics of Emotion. **International Political Sociology** (2018), 0, p.2.

AHMAD, Ambar. **Islamic Feminism: a contradiction in terms?**. Friedrich Ebert Stiftung, New Dheli: Fes India Paper, 2015.

ASSIS, Dayane N. Conceição de. **Interseccionalidades**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Arte e Ciências; Superintendência de Educação à Distância, 2019. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/554207/2/eBook%20-%20Interseccionalidades.pdf>> Acesso em 03 nov.2021

- BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonialismo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 659-688, nov. 2013.
- BALLESTRIN, Luciana. Feminismos Subalternos. **Rev. Estud. Fem.** 25 (3), Sep-Dec, 2017.
- BALLESTRIN, Luciana. America Latina e o Giro Decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**. 11 (maio-agosto) 2013, 89-117.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política: uma introdução**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BORDENAVE, Juan Díaz. **O que é participação**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- BURIGO, Joana. **Feminismos: algumas verdades inconvenientes**. Curso de Feminismos. Notas da aula. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em <<https://lumina.ufrgs.br/course/view.php?id=100>>. Acesso em 02 dez. 2020.
- CHOWDRY, Geeta.; NAIR, Sheila. (eds.) **Power, Postcolonialism and International Relations: Reading Race, Gender and Class**, London: Routledge, 2014.
- COCQ, Fabienne Portier-Le (ed.) **Motherhood in Contemporary International Perspective: Continuity and Change**. London: Routledge, 2021.
- COELHO, André L.; ELIAS, Ivi V.; SANTOS, Vinicius S. d.; A participação das mulheres na produção acadêmica da área de Relações Internacionais no Brasil. **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, Vol. 20., 2019.
- COHN, Carol. Sex and Death in the Rational World of Defense Intellectuals. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, vol. 12, no. 4, Summer 1987)
- CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO. Plataforma Lattes. Página Inicial, 2021. Disponível em <<http://lattes.cnpq.br/>> Acesso em: 19 nov. 2021.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Plataforma Sucupira, Página Inicial, 2021. Disponível em <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>> Acesso em: 19 nov. 2021.
- CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. In: **University of Chicago Legal Forum**. 1989. p. 139-167.
- D. COSTA, Bina; LEE-KOO, Katrina (eds). **Gender and Global Politics in the Asia-Pacific**. New York: Palgrave Macmillan, 2009.
- DA SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença. Organizado por Tomaz Tadeu da Silva**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000 p. 73-102.
- DINIZ, Débora. **Não existe escrita legítima, existe escrita legitimada**. YOUTUBE. 24 de Jul. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UAzzxvxF9g>> Acesso em 24 de jul. 2020.
- DUARTE VILLA, R.; TICKNER, Arlene B.; SOUZA, Marília Carolina B.; MÁSMELA, Yamille, C. C.; Comunidades de Relações Internacionais na América Latina: uma análise das tendências a partir do TRIP 2014. **Rev. Carta Intern.**, Belo Horizonte, v. 12, 2017, p. 224-256.

DULIĆ, Dragana. Feminist Security Research. In: ŠARANOVIĆ, Jovanka. **Women in the Security Sector – A Regional Perspective**: A Collection of Thematic Papers. STRATEGIC RESEARCH INSTITUTE BELGRADE, 2011, p.9-26.

ENLOE, Cynthia. **Seriously! Investigating Crashes and Crises as If Women Mattered**. 1st ed. Oakland: University of California Press, 2013.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases**: Making Feminist Sense of International Politics. London: Pandora. 1989.

ELSHTAIN, Jean Bethke. **Women and war**. New York : Basic Books, 1987.

GALHERA, Katiúscia Moreno; MASO, Tchella. Abertura: Dossiê “Feminismos, Gênero e Relações Internacionais”. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v.6. n.11, jan./jun. Disponível em <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>>. Acesso em 29 jul. 2020.

GALLIGAN, Yvonne. Gender and Political Representation: Current Empirical Perspectives. **International Political Science Review**, Vol. 28, No. 5, pp. 557-570, 2007.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Estudos feministas**, v. 3, n. 2, p. 464, 1995.

LAKE, D. A. Theory is dead, long live theory: The end of the Great Debates and the rise of eclecticism in International Relations. **European Journal of International Relations**, 2013.19: 567.

LAPID, Y. The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era. **International Studies Quarterly**, Vol. 33, No. 3 (Sep., 1989), pp. 235-254.

LAVALLE, Adrian Gurza; ARAUJO, Cicero (Coords.) Dossiê: Representação Política no Brasil. **Caderno CRH**. v. 21, n.52, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/issue/view/1351>. Acesso em: 03 nov. 2021.

LERMA, Beth R. L.. El feminismo no puede ser uno porque las mujeres son diversas. Aportes a un feminismo negro decolonial desde la experiencia de las mujeres negras del Pacífico colombiano. **La manzana de la discordia**, Julio – Diciembre, Año 2010, Vol. 5, No. 2: 7-24.

MONTE, I. X. do. O debate e os debates: abordagens feministas para as Relações Internacionais. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 59-80, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 abr. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

RUNYAN, Anne Sisson. Decolonizing knowledges in feminist world politics. **International Feminist Journal of Politics**, 20:1, 3-8, 2018.

SACCHET, Teresa. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. **Revista Estudos Feministas [online]**. 2012, v. 20, n. 2. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200004>>. Acesso em: 03 nov. 2021.

SCOTT, Joan Wallach. **Gender: A Useful Category of Historical Analysis**. Columbia University Press, 1986.

SMITH, S. The discipline of international relations: still an American social science? **British Journal of Politics and International Relations**, v. 2, n. 3, October 2000.

SYLVESTER, C. **Feminist Theory and International Relations in a Postmodern Era**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

TICKNER, J. A.; TRUE, J. A Century of International Relations Feminism: From World War I Women's Peace Pragmatism to the Women, Peace and Security Agenda. **International Studies Quarterly**, Volume 62, Issue 2, June 2018, Pages 221–233, 2018

TICKNER, A. Core, Periphery and (Neo)Imperialist International Relations. **European Journal of International Relations**, vol.19, n.2, p.627-646, 2013.

TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security**. New York: Columbia University Press, 1992

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Instituto de Relações Internacionais. Página Inicial, 2021. Disponível em <<http://irel.unb.br/>> Acesso: em 19 nov. 2021.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Instituto de Relações Internacionais. Página Inicial, 2021. Disponível em <<http://www.iri.usp.br/>> Acesso em: 19 nov. 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Página Inicial, 2021. Disponível em <<http://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgri/>> Acesso em: 19 nov. 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SÃO PAULO; UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS; PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas. Página Inicial, 2020. Disponível em <<https://www.santiagodantas-ppgri.org/>> Acesso em: 19 nov. 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Página Inicial, 2021. Disponível em <<http://www.ppgri.uerj.br/>> Acesso em: 19 nov. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Página Inicial, 2021. Disponível em <<https://ihac.ufba.br/pos-graduacao/ppgri/>> Acesso em: 19 nov. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Página Inicial, 2021. Disponível em <<https://portal.unila.edu.br/mestrado/ppgri>> Acesso em: 19 nov. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais. Página Inicial, 2021. Disponível em <https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/programa/portal.jsf?lc=pt_BR&id=3139> Acesso em: 19 nov. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Página Inicial, 2021. Disponível em <<https://ppgri.ufsc.br/>> Acesso em: 19 nov. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Departamento de Economia e Relações Internacionais. Página Inicial, 2021. Disponível em <<https://www.ufsm.br/unidades-universitarias/ccsh/departamentos/deri/>> Acesso em: 19 nov. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Página Inicial, 2021. Disponível em <<http://www.ieri.ufu.br/>> Acesso em: 19 nov. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Página Inicial, 2021. Disponível em <https://sig.ufabc.edu.br/sigaa/public/programa/portal.jsf?lc=pt_BR&id=320> Acesso em: 19 nov. 2021.

VIGEVANI, Tullo; THOMÁZ, Laís Forti; LEITE, Lucas Batista. As Relações Internacionais no Brasil: notas sobre o início de sua institucionalização. **Inter Relações**. Publicação do Curso de Relações Internacionais da Faculdade Santa Marcelina / Ano 14 – Nº 40 / 2º Semestre 2014.